

2º PAINEL - LIBERDADE DE ESCOLHA DA ESCOLA: INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO DA ESCOLA E DA ESCOLHA DAS FAMÍLIAS

Luís Farrajota

Subdiretor-Geral do Planeamento e Gestão Financeira

Resumo

O MEC além das despesas em Educação correspondentes à sua função principal, realizada outras despesas relativa a funções subsidiárias, quer sejam sociais ou não.

Além do MEC, existe um conjunto de atores que contribuem para o financiamento da Educação, como sejam: as famílias, as autarquias, outros ministérios e fundos europeus.

Destes, a maior fatia das despesas com a função Educação, incumbe ao MEC.

Despesa MEC em % PIB e Valor

Ano	Peso % PIB	Valor €	Valor PIB €
2000	3,90%	4.958,24	127.316.907
2001	4,00%	5.349,90	134.471.058
2002	4,20%	5.848,15	140.566.802
2003	4,00%	5.737,66	143.471.717
2004	3,90%	5.881,55	149.312.518
2005	3,90%	6.062,77	154.268.681
2006	3,70%	6.023,71	160.855.370
2007	3,60%	6.021,81	169.319.221
2008	3,60%	6.162,13	171.983.062
2009	4,30%	7.196,78	168.529.200
2010	4,10%	7.120,92	172.859.500
2011	3,80%	6.581,58	171.126.400
2012	3,40%	5.589,81	Pro 165.106.700
2013	3,30%	5.932,71	Pro 165.666.300

Fonte: DGPFG; INE.

Como se financia a Escola Pública?

Nomeadamente via orçamento de Estado (impostos). Por um lado, o custo com pessoal é definido em função do nº de alunos, oferta educativa e nível de ensino. Atualmente tem um peso de cerca de 71%.

Conferência

Liberdade de Escolha da Escola - Os instrumentos da liberdade

30 de janeiro de 2015

Por outro, os custos com funcionamento são definidos tendo em conta os critérios acima referidos, como também por outros indicadores tais como:

- Situação geográfica;
- Tipologia de edifícios;
- Equipamentos existentes.

Ao nível do Papel do Estado na Educação, destacamos 3 grandes dimensões:

1. O Financiamento;
2. A Regulação;
3. E a Provisão.

- 1.1 Fonte de Financiamento (Pública ou Privada)
- 1.2 Objeto do Financiamento (dirigido às organizações ou aos indivíduos)
- 1.3 Universo do Financiamento (Universal ou grupo específico)
- 1.4 Forma de Financiamento
- 1.5 Condições para a atribuição do financiamento

Tendo em conta o novo paradigma criado pelo atual Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo (DL 152/2013 de 4 de novembro), em cujo preâmbulo é garantida a liberdade de escolha da escola pelas famílias, urge responder à questão de como compatibilizar a liberdade de escolha com a estrutura de custos fixos exigente de acordo com o “desenho” do Estado atual.

Descentralização de competências para as autarquias – nova fórmula de financiamento.

Nota curricular

Luís Miguel Bernardo Farrajota é mestre em Gestão e Políticas Públicas, pós-graduado em Fiscalidade e licenciado em Economia.

Exerce funções de Subdiretor-Geral na Direção Geral de Planeamento e Gestão Financeira desde 1 de março de 2012. No período de 25 de julho de 2011 a 28 de fevereiro de 2012 exerceu as funções de Assessor financeiro de Sua Exa. O Ministro da Educação e Ciência no XIX Governo Constitucional. Colaborador da Movijovem – CIPRL, onde desempenhou funções de: Diretor da Rede Nacional de Turismo Juvenil (Pousadas de Juventude) entre 2009 e 2011; Diretor do Gabinete de Projetos Especiais e Investimento entre 2008 e 2011 e de Assessor financeiro da Direção Executiva no período de 2004 a 2006. Diretor-Geral ramo Transportes e Logística entre 2008 e 2009. No período entre 2006 e 2011 foi consultor financeiro no sector privado. Diretor Administrativo e Financeiro na empresa Portugal Vela 2007, S.A entre 2006 e 2007. Entre 2003 e 2011 foi gerente da empresa de Transportes São Bernardo, Lda. Financial *controller* na empresa Sul Alimentária, Lda. no período de 2003 a 2005. Entre 2003 e 2004 foi *account manager* na empresa Vodafone S.A. Colaborador no Banco Atlântico - Grupo Comercial Português em 2002.

SEMANA
LIBERDADE ESCOLHA
ESCOLA

CNEF
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA
EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO



CNE CONSELHO
NACIONAL DE
EDUCAÇÃO

Conferência

Liberdade de Escolha da Escola - Os instrumentos da liberdade

30 de janeiro de 2015

Francisco Vieira de Sousa

Diretor do FLE

Resumo

Estruturação da intervenção

1. O Financiamento como instrumento da Política Pública
2. O Serviço Público de Educação
3. Princípios para o financiamento do Serviço Público de Educação
4. Modelos de Financiamento do Serviço Público de Educação
5. Pistas para o debate

Nota Curricular

Licenciado em Química Aplicada, com pós-graduações em Teoria e Ciência Política (UCP) e em Direito da Educação (UL), foi adjunto do Secretário de Estado da Juventude e Desporto no XIII e XIV Governo (1998 a 2002), director de projectos da Fundação Oliveira Martins (2006 a 2008), e diretor executivo da Fundação Cascais (2008 a 2012), onde foi responsável pela conceção, desenvolvimento e implementação de projetos na área da educação, energia e turismo.

Gestor e empresário foi ainda colunista do Correio da Manhã, entre 2012 e 2014, e atualmente exerce funções de Administrador do Externato Marista de Lisboa.

É membro da Direção do Fórum para a Liberdade de Educação, de que foi sócio-fundador, em 2002, e secretário-geral. Desde essa data que participa regularmente em debates e conferências sobre política educativa, em particular liberdade de educação, tendo vários artigos publicados sobre o tema.

É casado e pai de duas filhas.

Conferência

Liberdade de Escolha da Escola - Os instrumentos da liberdade

30 de janeiro de 2015

DEBATE

Filinto Lima

Presidente da Direção da ANDEAP

Licenciado em Direito, pós graduação em administração e gestão escolar, membro do órgão conselho executivo/direção executiva há 20 anos, 13 dos quais como presidente/diretor, em comissão de serviço. Leciona uma turma. Encontra-se a fazer Doutoramento na área das Ciências da Educação. É membro do Conselho das Escolas (órgão consultivo do Mec) e vice presidente da Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas. Colaborador assíduo do Público com artigos sobre Educação. Autor e co autor de dois livros: “Memórias de Um Presidente de Conselho Executivo” e “Movimento Associativo – Um Património de Oliveira do Douro”.

Manuel Pereira

Presidente da Direção da ANDE

Fez o Curso do Magistério Primário em Lamego, tendo concluído em 1978. Licenciado em Gestão e Administração pela Escola Superior de Educação de Viseu. Desempenhou funções como professor e Coordenador do EBM (Ensino Básico Mediatizado) entre 1980 e 1994. Desempenhou funções de Orientador Pedagógico do mesmo EBM entre 1995 e 2002, sendo responsável Pedagógico pela região do Douro, Tâmega e Vouga. Desempenhou as funções de Presidente do Conselho Executivo e posteriormente diretor, do Agrupamento de Escolas General Serpa Pinto de Cinfães desde 2003, até à presente data. É presidente da direção da ANDE, Associação Nacional de Dirigentes Escolares, desde 2010

António José Sarmento

Presidente da Direção da ANDE

Licenciado em Ciências Farmacêuticas – Ramo de Indústria e Farmácia Hospitalar e Oficial. Formações variadas na área da Educação.

Fundador e Presidente do ISU – Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária

Diretor do Colégio Planalto, em Lisboa (desde 1999)

Professor em áreas científicas desde 1990

Investigador em Biotecnologia (INETI) 1989-1991

Presidente da Direção da AEEP (Associação patronal do Ensino Particular), Vice-Presidente da CNEF (Confederação Nacional de Educação e Formação) membro dos Corpos Sociais do Ponto de Apoio à Vida e outras associações)

SEMANA
LIBERDADE ESCOLHA
ESCOLA

CNEF
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA
EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO



CNE CONSELHO
NACIONAL DE
EDUCAÇÃO

Conferência

Liberdade de Escolha da Escola - Os instrumentos da liberdade

30 de janeiro de 2015

Carlos Vieira

Vice-Presidente da Direção da ANESPO

Carlos Fernando Vieira é licenciado em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa, e pós graduado em Gestão e Organização Industrial pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, tendo frequentado o mestrado em Gestão no Instituto Superior de Gestão.

Foi auditor da Price Waterhouse, chefe de serviços no departamento de Planeamento e Controlo Financeiro na Vodafone e Diretor de Contabilidade no Grupo Media Capital.

Em 2007 assumiu o cargo de Administrador-delegado no Grupo Ensinus, que detém participações maioritárias em escolas profissionais, designadamente na Escola de Comércio de Lisboa, na Escola de Comércio do Porto, na EPET – Escola Profissional de Eletrónica e Telecomunicações e no INETE – Instituto de Educação Técnica, para além de instituições de ensino básico, secundário e superior, do sector particular e cooperativo.

É membro da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas e da Ordem dos Economistas. É Vice-Presidente da ANESPO – Associação Nacional de Escolas Profissionais e membro da Direção da CNEF – Confederação Nacional da Educação e Formação.

SEMANA
LIBERDADE ESCOLHA
ESCOLA

CNEF
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA
EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO



CNE CONSELHO
NACIONAL DE
EDUCAÇÃO